



Pronunciamento do Deputado Marcos Rolim – PT/RS
Grande Expediente da sessão do dia 08 de agosto de 2001

DIA DO ORGULHO GAY, DIA DE LUTA PELOS DIREITOS HUMANOS

Certa vez, Camus assinalou que os escritores não deveriam retratar aqueles que “fazem a história”, mas aqueles que a sofrem. O espaço dessa tribuna, por certo, presta-se a todo o tipo de pronunciamento e convém que assim seja. Quando podemos escolher livremente um tema que nos importe, entretanto, penso que faríamos sempre melhor se seleccionássemos algo sobre a vida daqueles que sofrem. Afinal, não há como se fundamentar eticamente a própria atividade política se a desvinculamos de objetivos solidários. Por conta disso, Sr. Presidente, e aproveitando a data que assinala o dia internacional do orgulho gay, falarei hoje sobre gays, lésbicas, travestis e transgêneros. Não sem o risco de abordar o tema com imprecisão, visto que meu pronunciamento deverá agregar parte da incompreensão tão natural do mundo heterossexual sobre a homoafetividade, Mas, pelo menos, falarei com o objetivo explícito de provocar esse parlamento para um debate de importância pública que vem sendo contornado, seja pelo silêncio, seja pelo preconceito. Após as grandes manifestações em todo o país – notadamente a Parada de São Paulo que reuniu 270 mil pessoas, não falar sobre o movimento em favor da livre orientação sexual e suas reivindicações democráticas seria já o equivalente a um insulto. Sejam, pois, contemporâneos de nossa época e de seus desafios, como vêm sendo, por exemplo, os magistrados de meu estado, o RS, responsáveis por decisões inéditas no país em reconhecimento dos direitos civis dos homossexuais. Se ainda não tivemos a sensibilidade e a coragem de votar um projeto singelo como aquele que propõe a Parceria Civil Registrada; se ainda hoje ressoam por nossos corredores os apelos medievais oferecidos pela TFP para quem o projeto da Parceria Civil Registrada seria o anúncio de novas Sodomas e Gomorras; se mesmo entre nós há quem situe toda a complexa questão das homossexualidades nos termos tradicionais do pecado e das ameaças que lhe são inerentes, que sejamos, então, pelo menos, capazes de expor rigorosamente o que pensamos. Nesse esforço, imagino, a homofobia restará reduzida aquilo que ela, de fato, é: manifestação odiosa de intolerância, por um lado, afirmação de miséria moral, por outro.

Começemos por uma referência às sociedades antigas. “Os amores”, texto clássico da cultura grega atribuído a Luciano, (1) nos oferece a dúvida de Teomnestes, cujos amores femininos e masculinos renascerem, apenas terminados, mais numerosos do que as cabeças da Hidra. Ele sente-se igualmente inclinado para ambos os sexos e não sabe qual deva escolher. Pede, então, a Licínio para que este lhe indique qual o melhor caminho. Licínio guardava de memória o diálogo entre dois homens sobre esse tema. O primeiro, Cáricles, amava exclusivamente as mulheres e manifestava por elas uma paixão arrebatadora; o segundo, Calicrátidas, amava os rapazes julgando que a Afrodite feminina nada mais era do que um “abismo”. O diálogo, retomado por Michel Foucault, permite compreender melhor alguns dos traços constitutivos da cultura grega clássica.

O amante das mulheres, Cáricles, define o amor dos homens pelas mulheres na forma de uma potência que, pela mistura dos elementos, tornou o todo vivo, dando-lhe uma alma. Sabendo que os seres vivos foram feitos de matéria perecível e que o tempo determinado para cada um seria breve, a natureza arranjou as coisas de tal maneira que a morte de cada um seria o nascimento de outro. Assim, o amor dos homens pelas mulheres seria aquele que nos conduziria à eternidade. Desse ordenamento, um dos sexos foi destinado a espalhar seu sêmen e, outro, a recolhê-lo. Foi a natureza quem, por isso mesmo, verteu em cada um dos sexos o apetite (pothos) pelo outro. Se um dos sexos escapa a sua determinação natural não se estaria apenas transgredindo os caracteres próprios dos indivíduos, mas se estaria prejudicando o encadeamento da necessidade universal. Cáricles encontra no mundo animal a evidência dessa definição afirmando que nem os leões, nem os touros, nem os carneiros, nem os javalis, nem os lobos, nem os pássaros, nem os peixes procuram o próprio sexo. Para os animais, afirma ele, os decretos da Providência são imutáveis.

Calcrátidas opõe a essa linha de argumentação a idéia de um mundo que, originalmente, era o caos. Para ele, foi Eros quem venceu essa desordem primitiva ao fabricar tudo o que possui uma alma e o que não possui, ao verter no corpo dos homens o princípio da concórdia e ao ligá-los uns aos outros pelas afeições sagradas da amizade. A história do mundo, então, não deveria ser compreendida como uma necessária repetição de um mandamento natural, mas, pelo contrário, como uma libertação progressiva das necessidades primeiras. O ser humano foi, de início, premido pela necessidade. As técnicas e os saberes (technai e epistemai) deram-lhe a possibilidade de escapar dessas urgências. Os seres humanos aprenderam a tecer e a construir casas, por exemplo. Ora, aquilo que o trabalho do tecelão é em relação ao uso das peles dos animais, o que a arte do arquiteto é em relação às cavernas, o amor pelos rapazes é no que diz respeito às relações com as mulheres. Para Calcrátidas, as mulheres eram indispensáveis para que não desaparecesse a espécie. O amor pelos rapazes surgiu, por isso, mais tarde. Não como uma decadência, como pretendia Cáricles, mas como uma elevação. Calicrátidas só pode receber com uma gargalhada os argumentos de Cáricles quando este ergue a conduta animal como um exemplo. O que prova, pois, se os leões não amam os machos de sua espécie ou se os ursos não ficam apaixonados pelos ursos? Ora, as bestas não sabem o que é a filosofia, nem o que a amizade pode produzir de belo. Poderia ter acrescentado: os animais sequer imaginam o que seja o amor ou o sentimento apaixonado; fenômenos tipicamente humanos e, como tais, anti-naturais.

O diálogo permite que o mais comum entre os pseudo-argumentos contra os homossexuais seja reconhecido. Esse tipo de relação e o desejo que lhe é correspondente seriam a expressão de fenômeno contrário à natureza. Logo, acrescentariam alguns, evidência de conduta "desviante" e doentia. Os que sustentam esse tipo de visão – quase dois mil anos após Cáracles – jamais se perguntaram sobre o que é a natureza humana. Se atentassem para o que nos cerca, para nosso entorno e nossas circunstâncias – para tudo aquilo que, objetivamente, incorpora-se à condição humana – veriam que a natureza humana é o resultado de um artifício. Tome-se esse momento, Sr. Presidente, para que isso fique mais claro. O que somos, agora, enquanto trabalhamos? Representantes do povo é o que somos. Somos, então, um dos resultados da invenção democrática. Onde a natureza nessa condição simbólica que nos define como Deputados? Falo dessa tribuna, erguida da madeira pelo trabalho de muitas mãos e minha voz só é audível pela amplificação desse microfone e de todo um complexo sistema de som. Somos vistos, nesse instante, porque nossa imagem é transmitida por ondas eletromagnéticas via satélite e decodificada em aparelhos cujo funcionamento sequer suspeito; e essa imagem só é possível porque esse plenário está iluminado artificialmente. Se olharmos a nossa volta, Sr. Presidente, só veremos a natureza que nós mesmos criamos. Não se conhece outro ser capaz de erguer para si uma natureza histórica. Nos tornamos humanos afinal, porque nos afastamos progressivamente da natureza. O que há de melhor em nós, o que há de mais generoso e fascinante entre nós, não terá equivalente no mundo natural. Somos, por isso mesmo, no sentido filosófico da expressão, seres que se constroem no estranhamento de nossos limites naturais.

Também nas relações de amor sexual esse processo é absolutamente nítido. Os humanos inventaram os sentimentos apaixonados e não há nada de similar a eles no mundo natural. Os vínculos que nos prendem às pessoas amadas são, freqüentemente, tão radicais que podem nos conduzir tanto à experiência mais sublime da felicidade, quanto à tristeza mais profunda e mesmo à morte. Onde a natureza nesses resultados? O que há de natural na carícia entendida como a atitude daquele que oferece o prazer incondicionado? Pensando, ainda, nas próprias relações heterossexuais, o que há de natural na realização escrupulosa das nossas fantasias ou na invenção infinita de formas e posições, ritmos e succões? Haverá, por ventura, uma base natural para o hábito de beijar? Um secreto desígnio para o sexo oral? Ou, ainda, uma ordem compreensível para o intercurso anal?

A contra-reforma católica, iniciada pelo Concílio de Trento no século XVI, tornou o casamento um sacramento. Mais ou menos nessa época, a Igreja passou a instruir os confessores para que condenassem as posições sexuais não ortodoxas do coito heterossexual. O homem sentado, o homem em pé, ou a mulher sobre ele, por exemplo, eram posições que colocavam em risco a função reprodutiva do ato sexual. Entre os pecados da luxúria estavam aqueles "contra a natureza" sempre que a semente masculina fosse despejada extra vas - fora do vaso natural da mulher. (2) Percebe-se, assim, como uma visão coerente com a idéia de reduzir o exercício da sexualidade aos imperativos naturais seria não apenas incapaz de compreender o fenômeno da sexualidade, mas transformaria as próprias relações sexuais em uma chatice insuperável. Como diria Oscar Wilde, "o natural é uma pose difícil de ser mantida".

O fato é: não nos relacionamos sexualmente por conta das necessidades reprodutivas da espécie, mas por conta do prazer que as relações podem nos oferecer. Aliás, desde a pílula anticoncepcional, vivemos em um mundo onde produziu-se a notável separação entre sexo e reprodução. Mais recentemente, graças às descobertas das modernas técnicas de reprodução assistida, passamos a conviver, inclusive, com a possibilidade da separação absoluta entre aqueles dois termos. De novo, nos afastamos de nossos limites naturais e afirmamos nossa condição de seres livres; seres capazes de escolha.

As relações de natureza homossexual configuram uma escolha. A mudança de sexo, outra. A bissexualidade, outra. Não há nada de ilegítimo nelas e, muito menos, algo de condenável. O critério para a valoração de uma relação sexual só pode ser feito a partir de valores morais. Entre os valores morais que devem presidir uma relação entre os seres humanos poderemos selecionar o cuidado, a veracidade, a fidelidade, a honestidade, a lealdade, a generosidade e assim sucessivamente. Esses valores independem da orientação sexual e podem estar mais ou menos presentes, mais ou menos ausentes, em relações heterossexuais ou homossexuais.

A postura intolerante das Igrejas – destacadamente da tradição católica – encontra-se na base de toda a reação contra as práticas homossexuais, especialmente em países como o nosso. Desde a Idade Média, essa tradição considera a sodomia como um dos 4 "clamantia peccata" – pecados que clamam contra os céus. João Silvério Trevisan é autor de uma obra referência sobre a história da homossexualidade no Brasil (3) cuja recepção segue, de alguma forma, a trajetória do próprio movimento homossexual. Em que pese a excelência do trabalho de pesquisa e o pioneirismo da reflexão proposta, a obra sobrevive como que amaldiçoada. Pelo seu trabalho, sabemos que o Padre Manoel da Nóbrega foi, provavelmente, o primeiro visitante a observar o homossexualismo no Brasil quando, em 1549, comentou que muitos colonos tinham índios por mulheres "segundo o costume da terra". Trevisan segue oferecendo muitos depoimentos históricos como o de Gabriel Soares de Souza que, em 1587, relata o homossexualismo entre os Tupinambás e entre os Tupinaés. "Ambos sujeitos ao pecado nefando" (4) Há, também relatos sobre homossexualismo feminino nas comunidades indígenas. O Padre Pero Correa escreveu, em 1551, que:

"Há cá muitas mulheres que assim nas armas como em todas as outras coisas seguem o ofício de homens e têm outras mulheres com quem são casadas", (5)

Em 1576, Pero de Magalhães de Gândavo, atestou o homossexualismo feminino entre os Tupinambás:

“Algumas índias se acham nestas partes que juram e prometem castidade e assim não se casam, nem conhecem homem algum de nenhuma qualidade, nem o consentirão ainda que por isso as matem. Estas deixam todo o exercício de mulheres e imitam os homens e seguem seus ofícios como se não fossem mulheres, e cortam seus cabelos da mesma maneira que os machos e vão à guerra com seu arco e flechas e à caça; enfim, que andam sempre na companhia dos homens, e cada uma tem mulher que a serve e que lhe faz de comer como se fossem casadas”. (6)

Nessa época, os homossexuais eram punidos severamente em toda a Europa. Multa, prisão, confisco de bens, banimento, trabalhos forçados, marca com ferro em brasa, açoite público, castração, amputação das orelhas, morte na forca, na fogueira, empalamento e afogamento eram algumas das penas impostas por aqueles que agiam em nome de Deus e do Cristo. Mesmo assim, a homossexualidade era muito comum. Leonardo da Vinci, Michelangelo, Caravaggio, Shakespeare, Marlowe, apenas o confirmam.

No Brasil, a sanha punitiva e o horror ao “nefando crime” de amar de outra forma também estiveram presentes. A Inquisição portuguesa, nas suas visitas à colônia, debruçou-se diligentemente sobre sodomitas e outros “pecadores”. Na Bahia, somando as duas visitas da Inquisição (1591 e 1620) a sodomia ocupa o segundo lugar entre os “crimes” praticados, só perdendo para a blasfêmia. Segundo o antropólogo Luis Mott, havia 177 casos de sodomitas entre 537 denunciados e confessantes nas visitas da Bahia e Pernambuco; ou seja: 21% dos casos.

A repressão ao livre exercício da sexualidade é, de qualquer forma, apenas a sombra de um processo histórico iluminado por práticas libertárias e por uma cultura cada vez mais plural que vem construindo, ao longo dos séculos, um povo que tem na sensualidade uma marca inconfundível. Aqui, os cultos pagãos misturaram-se à religião oficial; namora-se no interior das Igrejas e os santos mais populares sempre foram aqueles associados à sexualidade e a procriação como Santo Antônio, São João, São Pedro, Nossa Senhora do Ó, do Bom Parto, etc. Aqui, o excesso de reza e de procissões esteve sempre ao lado dos prostíbulos. A sensualidade não foi estranha sequer aos Padres que, durante todo o período colonial, criaram numerosos afilhados ou sobrinhos com o mal disfarçado esmero de pais.

Por sobre esse terreno concreto das paixões e dos afetos praticados em nossa história, as homossexualidades sempre estiveram presentes. O discurso de natureza moralista que pretende reprimi-las já não sugere fogueiras em praças públicas. Segue, entretanto, negando aos homossexuais seus direitos mais elementares. No Sudão, no Afeganistão, no Paquistão, no Irã, na Arábia Saudita, nos Emirados Árabes e no Iêmen os homossexuais são condenados à morte. Pelo menos seis afegãos foram espancados em público até a morte nos últimos três anos após condenados por sodomia nos tribunais islâmicos dos talibãs. Na Jamaica, as relações homossexuais podem ser punidas com até 10 anos de prisão e trabalhos forçados. Nos Estados Unidos, país onde os homossexuais garantiram extraordinárias conquistas jurídicas, Jeffrey Lyons foi barbaramente espancado por 8 policiais em Chicago, ano passado, por ter abraçado um amigo em público. Jeffrey sofreu fraturas faciais e danos neurológicos. No Brasil, Edson Nêris, foi morto a socos e pontapés em São Paulo, em 6 de fevereiro do ano passado, por um grupo de skinheads porque passeava de mãos dadas com seu parceiro.

Quando tratamos da homossexualidade é preciso, antes de tudo, escolher um lado, Sr. Presidente. Ou bem defendemos os direitos de cidadania de gays, lésbicas, travestis e transgêneros; ou bem nos opomos a eles. Se nossa posição for aquela que pretende negar aos homossexuais o direito de exercitarem sua sexualidade da forma como desejam, é preciso tomar como companheiros de viagem os talibãs e seus interditos, os carecas do ABC e sua fúria, a TFP e sua cantilena, punho dos agressores e seu ódio.

Na defesa dos Direitos Humanos de gays, lésbicas, travestis e transgêneros questionamos o espectro autoritário de nossa cultura e desentocamos o reacionário que se esconde atrás de cada piada de mau gosto e de cada gesto intolerante. Tão forte é essa herança, senhor presidente, que podemos encontrá-la em qualquer partido político e mesmo, pasmem, entre militantes comprometidos com os Direitos Humanos e com sincera e respeitável tradição de luta contra a violência. Os nazistas marcavam os judeus com a estrela de David e os homossexuais com um triângulo rosa. Muitos, ainda hoje, erguem em torno do homossexualismo um universo concentracionário distinto, mas igualmente intolerável. Não há mais triângulos sobre as vestes, é verdade. O que temos é o ódio recalcado e o silêncio persistente com o que pretende-se condenar os homossexuais ao gueto.

Como militante dos Direitos Humanos, penso que devemos estar todos ao lado dos homossexuais. Nessa postura, sr. Presidente, tenho aprendido muito e me humanizado. É no contato com a diferença, na escuta do outro, no reconhecimento de suas necessidades que superamos nossos próprios preconceitos. O movimento pela livre orientação sexual no Brasil – organizado pelo trabalho de milhares de ativistas gays e por suas entidades – tem se construído de forma alegre e esperançosa. Suas caminhadas pelo Brasil nos mostram um movimento de massas diferente de todos os demais. Um movimento onde não há espaços para o ressentimento e onde as proposições violentas são rigorosamente desconhecidas. Um movimento social organizado em nome do direito ao amor que pede aos demais não a conversão, mas o respeito. Um movimento sem os rituais do poder; sem hinos ou hierarquias. Um movimento sem autoridades, sem a sisudez da direita e sem as carrancas da esquerda. Um movimento com as cores do arco-íris, sem palavras de ordem e que questiona a ordem das palavras. Um movimento corajoso como Diadorim cujas mãos brancas e olhos verdes encantaram Riobaldo.

Muito Obrigado.

- (1) Foucault em sua obra "História da Sexualidade", cita MACLEOD para quem o texto seria do século IV e BUFFIÉRE que o situa no século II.
- (2) "O Gosto do Pecado – moral, sexualidade e Inquisição no Brasil" de Ronaldo Vainfas, Campos RJ, 1989, pp. 10/13
- (3) "Devassos no Paraíso", Editora Record.
- (4) Tratado descritivo do Brasil, Gabriel Soares de Souza, Companhia Editora Nacional, SP, 1987, pp 305/308.
- (5) Organização Social dos Tupinambás, Florestan Fernandes, Hucitec, SP, 1987, p. 137.
- (6) Tratado da terra do Brasil / história da província de Santa Cruz, Pero de Magalhães Gândavo, Itatiaia Ltda/ USP, Belo Horizonte, 1980, p. 57

Fechar Janela